

4ª CÂMARA CÍVEL

Rec. de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325375-4

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Recorrido: Edisio Carlos Pereira Filho

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

Ementa. *Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC. Provimento do Agravo de Instrumento ante o reconhecimento da configuração dos requisitos do art. 273 do CPC. Questionamento sobre faturas de energia elétrica referentes à casa de veraneio do ora recorrido. Decisão que determinou o levantamento da negativação do nome do consumidor dos órgãos de restrição de crédito, bem como suspensão de fatura emitida em valor alto que englobaria outras contas já adimplidas anteriormente.*

Constatação de que a concessionária pública emitiu faturas com vencimentos diversos num mesmo mês referente ao mesmo contrato. Impossibilidade.

Condicionamento da eficácia da medida ao oferecimento de caução. Exigência satisfeita pelo recorrido.


Discussão sobre a legalidade do débito que, neste momento, implicaria em verdadeira supressão de instância.

Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.



Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc



4ª CÂMARA CÍVEL

Rec. de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325375-4

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Recorrido: Edisio Carlos Pereira Filho

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE interpôs recurso de agravo em face da decisão terminativa que, com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC, concedeu provimento ao recurso interposto em face da decisão proferida nos autos do Proc. nº 0000904-81.2014.8.17.0001 (20ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE), nos seguintes termos:

Isto posto, nos termos do art. 557, § 1ª A do CPC, concedo provimento parcial ao presente recurso, razão pela qual suspendo da cobrança da fatura vencida em 08.01.2014, no valor de R\$ 4.504,61 (quatro mil quinhentos e quatro reais e sessenta e um centavos) e, por conseguinte, determino que a agravada se abstenha de realizar o corte de energia do imóvel descrito nos autos, salvo se o referido corte for decorrente de outras faturas inadimplidas pelo agravante.

Condiciono, contudo, a eficácia da presente decisão ao oferecimento de caução real, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar da publicação da presente decisão.

Em caso de descumprimento do presente decisório por parte da agravada, fixo multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais).

A discussão diz respeito à negativação do nome do recorrido decorrente de contas de energia elétrica de sua casa de veraneio, localizada na praia de Itamaracá/PE, faturas estas que já teriam sido adimplidas e, mesmo assim, foram novamente pagas pelo consumidor haja vista terem sido bloqueados seus cartões de crédito as vésperas de uma viagem internacional.

Ao final, pugnava, ainda, pela suspensão de uma fatura encaminhada no valor de R\$ 4.504,61 (quatro mil quinhentos e quatro reais e sessenta e um centavos), dos quais R\$ 3.972,55 (três mil novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) "corresponde à cobrança de multa e juros por atraso, referentes ao pagamento das faturas, ora contestadas na presente demanda".

Nas razões do presente recurso, a CELPE sustenta:

- a) ter agido no exercício regular do direito já que a negativação decorreu de faturas inadimplias;
- b) inexistir prova do anterior pagamento das faturas em questão;
- c) qualquer acréscimo na conta decorreu do aumento do consumo.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Sampaiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc

TIPE
120
10/3

4ª CÂMARA CÍVEL

Rec. de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325375-4

Recorrente: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Recorrido: Edisio Carlos Pereira Filho

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

De início, informo que o ora recorrido ofereceu no presente feito a caução exigida na decisão terminativa ora agravada, satisfazendo, assim, a condição imposta para o levantamento da negativação de seu nome, bem como a suspensão da fatura que lhe foi cobrada no valor de R\$ 4.504,61 (quatro mil quinhentos e quatro reais e sessenta e um centavos).

Feito este esclarecimento, registro que, não obstante as alegações formuladas pela concessionária de energia elétrica, o presente recurso não merece guarida.

Com efeito, analisando a cópia da fatura com vencimento em 08.01.2014, emitida no valor de R\$ 4.504,81 (quatro mil quinhentos e quatro reais e oitenta e um centavos), constata-se que aquela cobrança tem origem em supostos débitos a título de juros e multa referentes a contas pretéritas (fls. 35).

Por sua vez, de acordo com o extrato PEFIN (Pendências Financeiras - fls. 17), emitido pela CELPE, o recorrido encontrava-se em débito com 08 (oito) faturas, vencidas nas seguintes datas: 04.08.09; 08.09.09; 09.10.09; 28.10.09; 31.03.10; 27.06.11; 22.07.11 e 24.08.12.

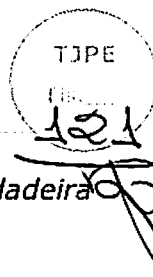
Contudo, no intuito de comprovar as faturas anteriormente adimplidas na época própria, o consumidor acostou ao feito as faturas com os seguintes vencimentos: 12.08.09; 15.09.09; 14.10.09; 05.03.10; 07.07.11 e 06.08.12.

Ou seja, comparando as cobranças discriminadas no extrato de pendências emitidas pela própria CELPE com as faturas acostadas aos autos pelo recorrente, resta indubitável que há um evidente descompasso entre as mesmas, pois não pode ocorrer que uma conta de energia elétrica tenha duas datas de vencimento num mesmo mês.

À título ilustrativo, como poderia ter sido cobrado do consumidor faturas com vencimentos em 06.08.2012 e 24.08.2012 referentes ao mesmo contrato de energia elétrica?

Assim sendo, foi concedido provimento ao agravo de instrumento haja vista estarem configurados os requisitos do art. 273 do CPC, além do o condicionamento da eficácia da medida ao oferecimento de caução por parte do consumidor afastaria qualquer prejuízo à CELPE.

Destaque-se, pro fim, que na decisão terminativa recorrida, foi registrado pelo eminente relator que *"dentre os documentos colacionados nestes autos não tem como ser precisado se os débitos que originaram a fatura impugnada pelo recorrente (com vencimento para 08.01.2014) já foram quitados, contudo, tenho que tal matéria deve ser dirimida perante o Juízo a quo, pois qualquer*



pronunciamento desta Corte de Justiça sobre o tema implicaria em verdadeira supressão de instância".

Ou seja, o acolhimento da pretensão da agravante formulada no recurso em apreço (legalidade da cobrança) ensejaria o efetivo julgamento do mérito da ação em trâmite na instância originária.

Isto posto, **nego provimento** ao presente recurso.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc